

Regulamentação do COE traz nova opção de produto para investidor



Fotos: Ricardo Rollo

O vice-presidente da ANBIMA Pedro Lorenzini afirma que o novo produto simplifica o acesso dos investidores a opções de investimentos mais flexíveis e customizadas

geralmente precisam montar operações que envolvem a compra de ativos e derivativos. Com o COE, será possível atender à mesma necessidade com apenas um produto”, explica Angela Zago, presidente do Comitê de Produtos de Tesouraria da ANBIMA.

De acordo com o vice-presidente da ANBIMA Pedro Lorenzini, “o novo produto traz capacidade de inovação para o sistema financeiro e simplifica o acesso dos investidores a opções de investimento mais flexíveis e customizadas. Além disto, passa a ser mais uma alternativa para aqueles que estão em busca de diversificação em seus portfólios”.

Os trabalhos para a criação do COE foram conduzidos nos últimos anos pela Associação por meio do Comitê de Produtos de Tesouraria e do Subcomitê de Derivativos de Balcão. “O desejo do mercado de ter as notas estruturadas no Brasil é antigo, mas, formalmente, montamos um grupo em 2007 e iniciamos um diálogo

No dia 5 de setembro, o CMN (Conselho Monetário Nacional) regulamentou o COE (Certificado de Operações Estruturadas) por meio da Resolução nº 4.263. O instrumento, que é equivalente às notas estruturadas utilizadas no exterior, possibilita a construção de estratégias sofisticadas de investimento, combinando diversas referências de remuneração em um único produto.

“Esse é um passo importante para o mercado brasileiro. Hoje, para atender a necessidades mais complexas de investimento, as instituições

sobre o tema com Banco Central”, conta Angela. As discussões com a autarquia foram constantes, mas, se intensificaram em 2009, quando foi publicada a Medida Provisória nº 472/09, que previa a criação do produto.

Desde então, os representantes dos organismos trabalharam em sugestões para o formato do produto. “Foi um processo longo, mas importante, porque possibilitou o amadurecimento da ideia. O produto chegou ao mercado com um desenho muito adequado”, fala a presidente do comitê.

Confira na página 2 a entrevista completa que Angela concedeu ao Informativo ANBIMA. Ela conta mais sobre o pleito da Associação e cita os benefícios desse novo produto para o mercado e para os investidores. ►



De acordo com Angela Zago, presidente do Comitê de Produtos de Tesouraria da ANBIMA, o COE é um passo importante para o mercado brasileiro

1. O que motivou os participantes do mercado a iniciarem o debate para a criação do COE?

Existia demanda dos investidores, e existirá cada vez mais diante de um cenário de estabilidade, de redução da taxa de juros. Esse panorama nos aproxima muito do mercado internacional, onde as notas estruturadas já estão consolidadas há alguns anos. A falta desse produto no Brasil criava uma lacuna, principalmente para o desenvolvimento do mercado de derivativos.

2. Como foi o início das discussões em 2007?

O desejo do mercado de ter as notas estruturadas no Brasil é antigo, mas, formalmente, a gente montou um grupo em 2007, o GT Notas Estruturadas ligado ao Subcomitê de Derivativos de Balcão. Começamos as discussões com o Banco Central, inclusive sobre a base legal do produto. A gente sempre tentou levar uma proposta para o regulador que aproveitasse a base legal já disponível. Depois, se chegou à conclusão que não era possível e foi criada, mais tarde, uma base legal exclusiva para o COE.

3. A interlocução com o Banco Central se intensificou após a publicação da Medida Provisória nº 472/09, que previu a criação do COE?

Sim, a partir desse momento, começamos a trabalhar de maneira mais intensa para discutir o desenho do produto. Eu posso dizer que houve uma contribuição muito grande da ANBIMA e do mercado na formatação do COE. Fizemos muitos “exercícios” com o regulador, pensando no produto de uma maneira, depois de outra e assim por diante.

4. O fato do processo de regulamentação do COE ter demorado seis anos não dispersou a discussão?

Pelo contrário, a discussão amadureceu bastante, foi longa, mas foi o tempo necessário para o produto chegar ao mercado com um desenho muito adequado. Foi uma coincidência: um desejo do mercado e, também, do regulador de dar mais transparência para uma operação que já era feita por meio de instrumentos separados. Não faria sentido termos uma regulamentação “capenga”, por isso estressamos todas as preocupações.

5. Como o mercado recebeu a regulação?

De forma bem positiva, até por que estava ciente de todo esse trabalho. Não houve surpresas, recebemos o produto como imaginávamos que ele deveria sair.

6. Quais os benefícios que o COE trará para o mercado?

Contribuirá muito para a transparência e eficiência, seja para os investidores, seja para o regulador. Assim como um investidor hoje tem a possibilidade de adquirir uma cota de um fundo de investimento e saber exatamente o resultado global desse investimento num único instrumento, a gente não tinha isso quando falava de emissão de títulos bancários ou captação bancária. É bom para ele ter em único produto todo o *payoff* esperado da operação. Também é bom para o regulador, porque trará transparência sobre o que é o COE, o que é derivativo e quais são os outros instrumentos de captação disponíveis. Antes, tudo isso estava espalhado.

7. Quais os próximos passos?

A discussão conjunta com regulador continua não só com o Banco Central, mas também com a CVM e a Receita Federal, para definir contabilização, tributos, distribuição, entre outros. O marco do nascimento do COE foi a publicação da Resolução, mas agora temos uma série de trabalhos para que ele passe a ser distribuído a partir de 6 de janeiro. ■

Saiba mais

O Informe de Legislação nº 17 descreve os principais aspectos da regulamentação do COE. A publicação, produzida pela gerência de Estudos Regulatórios, traz informações sobre as instituições autorizadas a emitir os certificados, as modalidades de COE e suas diferentes possibilidades de remuneração. Além disso, detalha os requerimentos de *suitability* e as responsabilidades e controles específicos que os emissores e distribuidores terão que observar.

Acesse o QR Code ao lado para visualizar o informe. Para acessar pelo computador, basta entrar no portal da ANBIMA e clicar em “Informações Técnicas”. Na sequência, clique em “Legislação” e em “Informe de Legislação”.



Entidades autorreguladoras passam a ser representadas na diretoria da losco

José Carlos Doherty, superintendente geral da ANBIMA e presidente do Comitê Consultivo de Membros Afiliados da losco (antigo Comitê Consultivo de Autorreguladores), foi nomeado membro observador permanente da diretoria da entidade durante a conferência anual.



Fotos: Blitz Agency 2013

José Carlos Doherty acredita que sua participação na diretoria proporcionará mais subsídios para a ANBIMA se antecipar às discussões sobre regulação e harmonização das práticas utilizadas ao redor do mundo

Durante a 38ª Conferência Anual da losco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, na sigla em inglês), realizada entre os dias 14 e 19 de setembro, em Luxemburgo, José Carlos Doherty, superintendente geral da ANBIMA e presidente do Comitê Consultivo de Membros Afiliados da losco, foi informado que passará a participar das reuniões da diretoria da entidade como observador permanente. A decisão é inédita, já que é a primeira vez que os encontros contarão com um integrante que não representa um órgão regulador estatutário.

“Acompanharmos as discussões da diretoria da losco, organismo responsável por debater e decidir as diretrizes para regulação do mercado de capitais, é uma conquista. Essa participação nos dará a possibilidade de estreitar o relacionamento dos autorreguladores com a entidade e, certamente, teremos mais subsídios para nos anteciparmos às discussões sobre regulação e sobre harmonização

das práticas utilizadas ao redor do mundo”, fala José Carlos Doherty.

Ao longo do evento, foi realizado o Encontro Anual do Comitê Consultivo de Autorreguladores, que reuniu mais de 40 entidades do mundo todo. Doherty apresentou uma nova estratégia, sugerida pela ANBIMA, para o organismo. O novo plano se baseia em três pilares: melhora da comunicação entre os membros; potencialização da diversidade do grupo; e contribuição, de forma mais efetiva, para o trabalho da losco em tópicos em que os membros possuam conhecimento. Paralelamente, Doherty propôs uma consulta aos membros do organismo, na qual ele recolherá as opiniões de todos sobre o novo plano.

Uma novidade foi a renomeação do comitê, que passou a acomodar de forma mais correta a diversidade dos seus membros, notadamente entidades que não atuam como autorreguladoras, como, por exemplo, fundos de proteção de investidores e entidades internacionais com interesse em regulação. Por conta

disso, o organismo passou a se chamar AMCC (Comitê Consultivo de Membros Afiliados, na sigla em inglês). A mudança está em linha com as alterações em curso na estrutura da losco, as quais buscam maior envolvimento e cooperação entre seus membros. ■

2014 A próxima Conferência Anual da losco será realizada no Rio de Janeiro, Brasil. O evento, organizado pela CVM, acontecerá entre os dias 28 de setembro e 2 de outubro de 2014 e contará com o apoio da ANBIMA, da BM&FBovespa e da Cetip. Entre os assuntos em discussão nos painéis, estarão a governança corporativa, os novos desafios em relação à proteção de investidores, o papel dos investidores institucionais no financiamento de longo prazo e o desenvolvimento de novas formas de financiamento, baseadas no mercado de capitais.

Pedro Bastos assume diretoria do Instituto Brain

Desde o dia 15 de agosto, Pedro Bastos, diretor da ANBIMA, passou a ocupar o cargo de diretor presidente do Instituto Brain (Brasil Investimentos & Negócios). A criação do novo posto, que será responsável por fazer a ponte entre a equipe interna e o Conselho de Administração, faz parte das mudanças promovidas no estatuto da entidade, com o intuito de aprimorar sua governança corporativa.

Outra alteração aconteceu no nome da entidade, que passou a se chamar Instituto Brain. “Somos um instituto que busca a transformação do Brasil num polo regional de negócios”, explica Bastos.

De acordo com o diretor presidente, uma das novidades de sua gestão é o formato do Best (Brazil: Excellence in Securities Transactions), iniciativa capitaneada pelo Brain que promove os mercados financeiro e de capitais brasileiros no exterior. “Mudaremos o formato das reuniões e das apresentações já na próxima parada do Best, que será na Ásia”, conta. Na sequência, a delegação do Best pretende ir, pela primeira vez, para a Austrália.

Confira a seguir a entrevista completa de Bastos.

Qual balanço você faz dos três anos de atuação do Brain?

A maioria dos projetos do Brain é, por natureza, de longo prazo. Nos últimos três anos, tivemos uma série de iniciativas que estamos começando a colher os frutos agora. Uma delas é a aprovação da Resolução Normativa nº 103/2013, do Ministério do Trabalho, que passou a permitir que estudantes de pós-graduação façam o *summer job* (emprego de verão, em tradução livre) no Brasil. Antes, esse estudante, que ficaria no país cerca de dois meses, tinha que fazer o mesmo procedimento legal que um estrangeiro que trabalharia aqui por anos.

Que novidades pode nos antecipar sobre a sua gestão?

Uma definição importante nesta nova fase é que decidimos dividir nossos projetos pelas metas de longo e curto prazos. Além disso, estamos iniciando trabalhos com outras associações e entidades para avaliarmos a incorporação de projetos pelo Brain, ou que possam ser desenvolvidos em conjunto.

Qual o projeto carro-chefe do Brain?

Transformar São Paulo num centro financeiro regional. É de longo prazo e várias ações são necessárias para



Segundo Pedro Bastos, diretor presidente do Brain, uma das novidades de sua gestão é o formato do Best

que se torne uma realidade, mas já demos início a várias. Há cerca de um ano, começamos um estudo de integração dos mercados de capitais na América Latina, que é um projeto que tem apoio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O Brain coordena e promove esse trabalho, que envolve os reguladores do Brasil, do Chile, da Colômbia e do Peru. Para sermos um centro regional, temos que ter facilidade para uma série de procedimentos, como, por exemplo, registrar operações. Estamos estudando a legislação de cada país e avaliando se existe um denominador comum que possa ser criado para facilitar todos os processos.

Há cerca de um ano, o Best passou a ser uma iniciativa coordenada pelo Brain. Estão previstas mudanças?

Pretendemos mudar um pouco o formato das reuniões e das apresentações. Além disso, vamos trabalhar em cima da opinião dos investidores estrangeiros. Vamos capturar as percepções deles e identificar as lacunas, com o intuito de acelerarmos ainda mais a transformação do mercado brasileiro em um centro financeiro regional.

Definimos a agenda da próxima edição, que acontecerá na Ásia já no novo formato. Além disso, pela primeira vez, devemos ir também para a Austrália, um mercado novo para nós. ■

Conheça alguns dos projetos do Instituto Brain:

Best (Brazil: Excellence In Securities Transactions): promover os mercados financeiro e de capitais brasileiro para investidores internacionais.

Doing Business: melhorar a posição do Brasil no ranking de 185 países do Banco Mundial.

Integração Financeira da América Latina: promover a integração financeira latino-americana nos mercados de ações, fundos privados e títulos privados até 2015.

Varas Especializadas em Direito Empresarial: desenvolver e apresentar proposta de criação de varas especializadas em Direito Empresarial para acelerar processos judiciais envolvendo matéria societária e de mercado de capitais.

Membros da Diretoria da ANBIMA participam do 34º Congresso da Abrapp

O vice-presidente da ANBIMA Sergio Cutolo e o diretor Regis de Abreu participaram do 34º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), entre os dias 9 e 11 de setembro, em Florianópolis, Santa Catarina.

Cutolo fez parte da sessão plenária, no primeiro dia de evento, que discutiu ações integradas que possam garantir a sustentabilidade da previdência complementar fechada. A segurança jurídica e a estabilidade das regras na defesa do contrato previdenciário foram algumas questões levantadas no painel.

Ao final do dia, representantes da ANBIMA participaram de jantar com os dirigentes da Abrapp, com o intuito de estreitar relacionamento entre as duas entidades.

“Temos a intenção de nos aproximarmos para ampliar o debate de temas em comum que visem o desenvolvimento do mercado financeiro brasileiro como, por exemplo, regulação, base de dados e educação”, fala Cutolo.

Além de Cutolo e Abreu, estavam presentes o vice-presidente da ANBIMA Carlos Massaru, o diretor Luiz Sorge, e o superintendente geral, José Carlos Doherty. Por parte da Abrapp, participaram o diretor presidente, José de Souza Mendonça, o superintendente geral, Devanir Silva, além de representantes da diretoria executiva e da Comissão Técnica Nacional de Investimentos.

No dia 10, Abreu fez uma palestra junto com a superintendente de Representação Técnica da ANBIMA, Valéria Arêas, sobre o mercado de debêntures. Eles mencionaram os esforços dos setores públicos e privados para fomentar e dar mais transparência ao segmento. Além disso, apresentaram o Sistema REUNE ANBIMA, plataforma de registro das negociações realizadas no mercado secundário. ■

Foto: Ricardo Rollo



Sergio Cutolo, vice-presidente, afirma que a Associação tem intenção de ampliar o debate de temas em comum com a Abrapp



REUNE

Registro Único de Negócios ANBIMA

Juntando todas as peças fica mais fácil enxergar o valor das negociações de debêntures

Transparência e agilidade no mercado secundário de títulos privados. Consulte as negociações no portal da ANBIMA.

www.anbima.com.br/reune

Audiência da CVM traz alterações no Programa de Distribuição Contínua das letras financeiras

A CVM colocou em audiência pública a Instrução nº 400, que trata das ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários. A minuta trouxe alterações no PDC (Programa de Distribuição Contínua) das letras financeiras, discutidas e propostas pelos representantes dos comitês de Produtos de Tesouraria e de Finanças Corporativas da ANBIMA.

A principal mudança é a possibilidade de as instituições financeiras informarem algumas

características específicas sobre a emissão das letras apenas no momento do registro automático de distribuição, isto é, quando ocorrer efetivamente a emissão. Antes, esses dados eram informados no momento do registro no PDC.

A minuta trouxe, também, as mudanças normativas dispostas na Resolução nº 4.123, de agosto de 2012.

A audiência pública será encerrada em 26 de outubro. ■

Banco Central altera Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais

No dia 11 de setembro, o Banco Central publicou a Circular nº 3.667, que altera a Circular nº 3.626 e o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais. Representantes do Subcomitê de Serviços de Investidores Estrangeiros da ANBIMA discutiram a Circular nº 3.626 junto a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e contribuíram com o envio de sugestões para a autarquia.

Uma das sugestões atendidas foi a manutenção do número de códigos de capitais estrangeiros que deve ser informado nos investimentos realizados no Brasil. O objetivo é propiciar maior flexibilidade ao investidor estrangeiro no momento em que ele for investir. A Circular nº 3.626 previa a adoção de mais códigos, que entrariam em vigor em outubro. Com a nova circular, o número de códigos permanece o mesmo e passa a vigorar em fevereiro de 2014.

GT envia comentários para audiência pública sobre registro de ativos

A ANBIMA enviou à CVM, no dia 27 de setembro, comentários sobre a audiência pública da Instrução nº 461, que trata do registro de ativos financeiros e mobiliários. O edital complementa as regras que foram objeto de audiência anterior, que propôs alterações na Instrução nº 89.

Entre os comentários, merecem destaque dois questionamentos.

O primeiro refere-se à adoção de procedimentos diferenciados para os registros de ativos e de operações. Já o segundo abordou o tratamento dos registros de garantias realizados antes da entrada em vigor da nova regulamentação.

O edital foi analisado por grupo de trabalho formado por representantes dos subcomitês de Custódia e Escrituração de Ativos. ■

Diretor da ACAF (Associação do Comitê de Aquisições e Fusões) espera que o órgão dê salto qualitativo no mercado

A ANBIMA realizou, em 20 de setembro, evento sobre o CAF (Comitê de Fusões e Aquisições), em São Paulo. O órgão iniciou suas atividades em agosto, tendo como entidades criadoras e apoiadoras: a ANBIMA, a Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais), a BM&FBovespa e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

De acordo com João Nogueira, diretor executivo da ACAF (Associação dos Apoiadores do CAF), o objetivo é que o "órgão dê um salto qualitativo no mercado de capitais em matéria de governança e de tratamento equitativo entre os acionistas". A criação do órgão começou a ser discutida nos anos 2000, quando os conflitos de interesse entre os acionistas

aumentaram, em decorrência do processo natural de evolução do mercado. De 2009 até 2012, as entidades reuniram esforços para a construção do código que contém os princípios que norteiam a atuação do CAF. Em 2013, os arcahouços técnicos e jurídicos do comitê ganharam forma, e o CAF aguarda a adesão voluntária das companhias. ■

Ibiuna Investimentos diversifica fundos e mira produtos globais

Fundada em maio de 2010 e liderada por Mário Torós, Rodrigo Azevedo e André Lion, a Ibiuna Investimentos administra R\$ 3,5 bilhões em ativos, distribuídos em três categorias de fundos: multimercado, ações e previdência. Sua estratégia principal, hoje, é a diversificação de produtos e de clientes, com foco principal em *hedge* e previdência. “Acabamos de criar um produto *offshore*, que espelha nosso fundo multimercado local, explorando moedas, taxas de juros e índices de bolsas globais”, diz Caio Santos, sócio responsável pela área de Relacionamento com Investidores e Produtos.

O primeiro produto lançado é o fundo multimercado Ibiuna Hedge, que atualmente administra ativos de R\$ 2,5 bilhões. O Ibiuna Hedge está hoje em fase de “pit stop”, como define Santos. A intenção é avaliar a manutenção do porte atual ou um eventual crescimento do fundo nos próximos meses.

Em 2011, a empresa lançou seus fundos de ações Ibiuna Equities e Ibiuna Long Short. O Ibiuna Long Short, com ativos de cerca de R\$ 400 milhões, tem como objetivo explorar o valor relativo das ações de empresas, por meio de estratégias *long and short*, neutralizando riscos de mercado, enquanto o Ibiuna Equities é um fundo *long only total*



Caio Santos, sócio responsável pela área de Relacionamento com Investidores e Produtos da Ibiuna

Diretoria: André Lion, Carlos Saldanha, Caio Santos, Mário Torós, Rodrigo Azevedo e Rodrigo Storti

Endereço: Avenida São Gabriel, 477, 15º andar – São Paulo – SP • **CEP:** 01435-001

Tel: (11) 2655-0355

E-mail: contato@ibiunainvest.com.br

Site: www.ibiunainvest.com.br

return, baseado 100% em análise fundamentalista. O mais novo produto é o fundo Ibiuna Long Biased, que explora estratégias de ambos produtos de ações com maior flexibilidade. ■

Ícone intensifica captação para fundos imobiliários e *private equity*

Criada em 2010 e comandada por três executivos, a Ícone tem como estratégia principal a diversificação, com fundos para os mercados de varejo e institucional. Para financiar a criação de dois fundos *private equity*, a instituição trabalhará durante os próximos 12 meses na captação de capital junto a fundos governamentais e investidores estrangeiros.

Desde 2012 atua no desenvolvimento de novos produtos para sua linha de fundos, especialmente para clientes individuais. Em agosto, lançou um dos primeiros produtos desse trabalho, um fundo multimercado. “Unimos a visão de banco comercial com a de um banco de investimentos”, diz Patrick Gontier, sócio executivo da Ícone.

A instituição é focada na gestão de

produtos como fundos imobiliários, multimercados, *private equity* e de crédito, como os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios).

“Nossa visão é de reestruturação de débitos, em situações especiais como ‘*distressed debt*’ [dívidas de empresas em dificuldades financeiras]”, diz Gontier.

A área *private equity* objetiva captar recursos junto a fundos *endowment* (filantrópicos, para financiar instituições de ensino) e fundos globais com foco estratégico. “Para estes, o grande valor são os ganhos no *private equity*, que geram tickets mais altos”, afirma.

No longo prazo, a Ícone pretende ter 40% e 50% do capital administrado em fundos institucionais e fundos imobiliários, enquanto entre 30% e 40%

serão destinados ao *private equity* e o restante à área de crédito. ■



Foto: Ricardo Rollo

Patrick Gontier, sócio executivo da Ícone

Diretoria: José Guilherme Gomes Faria, Patrick Gontier e Roberto Galinari

Endereço: Rua Hungria, 888, 8º andar, Jardim Europa – São Paulo – SP • **CEP:** 01455-000 • **Tel:** (11) 3093-0800

E-mail: info@iconeinvest.com.br

Site: www.grupoicone.com.br

Seminário de Renda Fixa

A 5ª edição do Seminário de Renda Fixa e Derivativos de Balcão acontecerá no dia 1º de novembro, em São Paulo.

O objetivo do evento é construir uma agenda de iniciativas que contribua para o desenvolvimento de um mercado de dívida corporativa de longo prazo no Brasil.

Para saber mais detalhes, acesse www.ansbima.com.br/eventos.

ICSA

A Associação participou do Encontro Intermediário da ICSA (Conselho Internacional das Associações de Valores Mobiliários, na sigla em inglês) no dia 20 de setembro, em Luxemburgo. A gerente de Estudos Regulatórios, Patrícia Menandro, representou a ANBIMA no encontro.

As últimas iniciativas da ICSA sobre assuntos regulatórios foram apresentadas na reunião, com destaque para o trabalho da entidade relacionado ao conceito de reconhecimento mútuo e a interação com a força-tarefa da Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, na sigla em inglês) de regulação transfronteiriça.

Adesões

No mês de setembro, aderiram aos Códigos de Fundos e de Certificação: a EHB Administração, a Imperial, a Brasif, a Nevstar e a Vertra.

Varejo

O Conselho de Regulação e Melhores Práticas aprovou, no mês de setembro, a adesão de 73 instituições ao Código de Varejo.

No dia 12, foram divulgadas as diretrizes de base de dados e de API (Análise do Perfil do Investidor). A de API estabelece os procedimentos mínimos que as instituições aderentes devem seguir para verificar o perfil de seus investidores. Já a de base de dados define as regras para o envio de informações de comercialização dos produtos no segmento.

Acesse o QR Code, ao lado, para visualizar as diretrizes; ou entre no portal e clique em "Autorregulação" e, na sequência, em "Código de Varejo".



Autorregulação

No dia 17 de setembro, o modelo de autorregulação da ANBIMA foi tema de painel do evento "Brazilian Alternative Investments Seminar 2013", promovido pela PwC, em São Paulo.

Carlos André, presidente da Comissão de Acompanhamento de Fundos de Investimento, explicou o funcionamento desse modelo e os benefícios da autorregulação. Guilherme Benaderet, superintendente da Supervisão de Mercados da ANBIMA, também participou da discussão, na qual citou os próximos passos na autorregulação dos FIDCs, FIPs e dos fundos imobiliários.

Alfi

Nos dias 12 e 13 de setembro, a ANBIMA participou da conferência anual promovida pela Alfi (Associação Luxemburguesa de Fundos de Investimento, na sigla em inglês). O encontro, realizado em Luxemburgo, teve como objetivo informar e atualizar os profissionais da indústria de fundos sobre as recentes alterações, tendências e desenvolvimentos do segmento no mundo.

José Carlos Doherty, superintendente geral da ANBIMA, participou como palestrante principal e apresentou as tendências e os desafios futuros da indústria de fundos brasileira. Paralelamente, ele concedeu entrevistas para revistas de diversos países especializadas

em fundos, como, por exemplo, Funds People (Portugal) e Funds Society (Espanha).

ETF

Em 16 de setembro, a CVM publicou a Instrução nº 537, que passou a permitir a constituição de ETFs (Exchange Traded Funds) de renda fixa.

Entre as alterações, merece destaque a inclusão do conjunto de critérios para aprovação dos índices de referência. Vale ressaltar que o IMA (Índice de Mercado ANBIMA) e seus subíndices se enquadram nas exigências listadas na Instrução.

INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Giselli Souza e Paula Diniz | PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Massaru Takahashi, Edinaldo Figueiredo Jr., Gustavo Adolfo Funcia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

DIRETORES: Alberto Elias Assayag, Alenir de Oliveira Romanello, Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carolina Lacerda, Jair Ribeiro da Silva Neto, José Hugo Laloni, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Marcio Guedes Pereira Junior, Pedro Augusto Botelho Bastos, Regis Lemos de Abreu Filho, Saša Markus e Sylvio Araújo Fleury

COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Eliana Marino, Marcelo Billi e Soraya Alves

www.ansbima.com.br